

PFAS: Um papo sobre a regulamentação da água potável



PFAS-REACH

Pesquisa, Educação e Ação pela Saúde Comunitária

PFAS são regulamentados na água potável?

Sim. Em 10 de abril de 2024, a agência de proteção ambiental dos Estados Unidos (EPA) anunciou as primeiras diretrizes federais para água potável em relação a PFAS (substâncias per e polifluoroalquiladas). O anúncio também marcou a primeira vez em mais de 20 anos que a EPA estabeleceu um limite legal para um novo contaminante não regulamentado da água potável. Isso significa que os sistemas públicos de água agora devem monitorar PFAS. Também devem notificar a população se os níveis excederem as diretrizes federais, além de tomarem ações corretivas, como tratar a água.

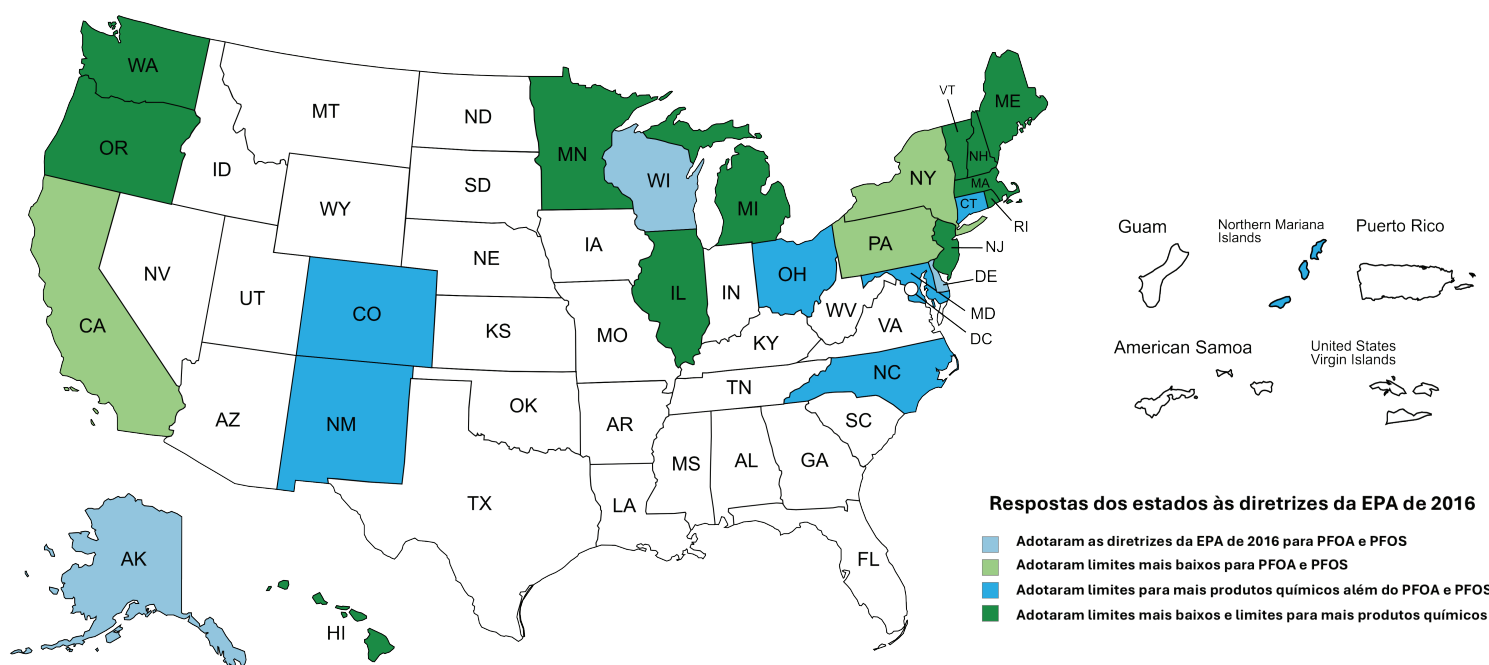
As diretrizes federais, também conhecidas como níveis máximos de contaminantes ou MCL, valem para seis produtos químicos PFAS: PFOA e PFOS — duas das PFAS mais comuns — bem como PFNA, produtos químicos

GenX, PFHxS e PFBS. Os níveis de PFOA e PFOS não podem exceder 4 partes por trilhão (ppt) individualmente. Os níveis de PFNA, produtos químicos GenX e PFHxS não podem exceder 10 ppt individualmente. PFNA, produtos químicos GenX e PFHxS também são regulamentados em conjunto com um quarto produto químico, PFBS, com base no índice de perigo — uma medida do risco da exposição a múltiplas PFAS.

Estados abrem caminho para a ação federal

Antes de a EPA definir diretrizes para a água potável em relação a PFAS, a agência estabeleceu níveis de referência baseados em critérios de saúde, mas que não eram obrigatórios. Em 2016, os níveis da diretriz eram 70 ppt para PFOA e PFOS, individualmente ou combinados.

Entretanto, muitos cientistas e órgãos reguladores achavam que esses níveis de referência não protegiam o



Antes das diretrizes da EPA, 24 estados e um território dos EUA tinham normas ou recomendações para PFAS na água potável.



PFAS-REACH é um projeto de cinco anos financiado pelo Instituto Nacional de Ciências da Saúde Ambiental (INCSA) sob registro R01ES028311.

PFAS-PEASC é uma colaboração entre o Instituto Silent Spring, a Northeastern University, e a Michigan State University. Os parceiros de nossa comunidade incluem Testing for Pease, a Massachusetts Breast Cancer Coalition e o Slingshot.



suficiente a saúde das pessoas. Como resultado, vários estados assumiram a liderança no estabelecimento de seus próprios MCL, ou níveis de referência para PFAS, que eram mais rigorosos do que as diretrizes federais. Isso levou a um emaranhado de regras por todos os EUA sobre como lidar com os contaminantes de PFAS na água potável e limitar a exposição da população.

Em 2022, em resposta às ações estaduais e às novas descobertas científicas sobre os efeitos nocivos das PFAS para a saúde, a EPA revisou seus níveis de referência para PFOA e PFOS, baixando para níveis quase nulos, e acrescentou níveis de referência para os produtos químicos GenX e PFBS. Isso serviu de base para a posterior criação de diretrizes federais para a água potável.

Agora, todos os estados precisam seguir, no mínimo, as diretrizes federais. Ainda assim, os estados que têm limites mais rigorosos para PFAS na água potável podem continuar a aplicar suas próprias regras.

Por que as diretrizes e recomendações variam?

Diretrizes e recomendações são criadas quando órgãos reguladores estaduais e federais, após analisar dados

científicos, calculam um nível de exposição abaixo do qual não se espera que ocorram efeitos à saúde. Órgãos reguladores consideram diferentes tipos de evidências e fatores ao desenvolver níveis de diretrizes:

- Estudos que relacionam a exposição a PFAS com diversos efeitos na saúde (por exemplo, efeitos no sistema imunológico, no fígado ou no desenvolvimento das glândulas mamárias).
- Estudos moleculares que mostram os efeitos nocivos das PFAS quando os produtos químicos entram no corpo.
- O impacto em populações vulneráveis, como bebês ou mulheres grávidas.
- Quanta água as pessoas bebem por dia.
- Quanta exposição provavelmente vem de outras fontes, como dieta e produtos de consumo.
- O custo do tratamento da água e a disponibilidade de tecnologia para atender às novas diretrizes e monitorar a conformidade.

À medida que os cientistas descobrem mais sobre os efeitos das PFAS na saúde humana, incluindo a exposição a PFAS menos conhecidas e misturas de PFAS, os órgãos reguladores estaduais e federais poderão continuar a atualizar suas diretrizes e recomendações.



Saiba mais: <https://pfas-exchange.org/connecting-communities/>



PFAS-REACH é um projeto de cinco anos financiado pelo Instituto Nacional de Ciências da Saúde Ambiental (INCSA) sob registro R01ES028311.

PFAS-PEASC é uma colaboração entre o Instituto Silent Spring, a Northeastern University, e a Michigan State University. Os parceiros de nossa comunidade incluem Testing for Pease, a Massachusetts Breast Cancer Coalition e o Slingshot.